

## **A ESCOLA COMO ARMA PROPAGANDÍSTICA E INSTRUMENTO NA CONSTRUÇÃO DO MITO SOBRE ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (1935-1940)**

**WANIÉRY LOYVIA DE ALMEIDA SILVA\***

### **Introdução**

”Se não se tornar um cidadão compenetrado de seus deveres e um soldado que ama seu estandarte, o professor terá perdido tempo.”  
(Ernest Lavissee, 1885 in: DOSSE, 1999, p. 17).

Era esta a visão que ainda se tinha no Brasil na década de 1930: o professor como um formador de uma nova geração que terá acima de tudo que honrar os compromissos de cidadão e ter lealdade incondicional a sua pátria. A escola nesse período era um dispositivo a favor do governo que propagava as diretrizes do poder central. Grandes intelectuais dessa época cooptados pelo Estado, ou que realmente acreditavam nesse “novo” estilo de governar serviram de base estruturante para a construção de uma mentalidade nacional que excluía os regionalismos e fechava os olhos para as excentricidades locais.

Esse projeto nacionalizante encabeçado (em grande parte) por Oliveira Vianna<sup>1</sup> e outros intelectuais que encontravam no autoritarismo respostas para as demandas sociais do país, foi introduzido primeiramente na educação. As escolas tornam-se as grandes porta-vozes daqueles que estavam no poder. Os espaços de saber agora eram mecanismos de controle ideológico.

*As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela*

---

\*Graduada em História pela Universidade Federal da Paraíba, está vinculada ao Programa de Pós-graduação desta mesma instituição. <loyviaalmeida@hotmail.com>.

<sup>1</sup> Intelectual da época, Oliveira Vianna foi um dos grandes responsáveis pelo projeto de nação implantado pelo Estado Novo. Sua obra intitulada *O idealismo da constituição* (1927), serve de base para entender o pensamento dessa elite intelectual brasileira no referido período e a visão que se tinha sobre o sistema autoritário.

*negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom. (CAPELATO, p.123).*

Na Paraíba não foi diferente. Argemiro de Figueiredo, que se manteve no cargo<sup>2</sup> mesmo após o Golpe do Estado Novo, utilizou os espaços escolares como meios de propaganda a seu favor de tal maneira, que até hoje se aviva na memória popular a ideia de que apenas nesse período, a modernidade<sup>3</sup> foi implantada no Estado. A construção de vários Grupos Escolares e a reforma de tantos outros serviram para legitimar a preocupação do já interventor, na formação educacional paraibana.

*Para se ter noção dos dados estatísticos, percebe-se que no ano de 1934, por exemplo, havia no estado da Paraíba, 34 grupos escolares e, em 1939, esse número já se elevava para 42, sendo que o governo de Argemiro de Figueiredo foi responsável pela construção de 17 grupos escolares. Associado à criação e construção de novos grupos escolares, muito já existentes também, passaram por beneficiamentos tais como reformas, melhoramentos e adaptações. (SILVA, p. 3, 2013).*

O melhoramento na infraestrutura educacional se faz notar. Todavia, os investimentos na educação não podem ser vistos apenas como preocupação na formação intelectual e técnica do cidadão paraibano. A educação se constituiu enquanto um veículo de controle sobre o que podia ou não ser ensinado. A escola passou a seguir uma diretriz nacional. A propaganda pró Getúlio Vargas também era assimilada a imagem do interventor.

Na divulgação e aceitação das palavras do interventor, a escola terá papel inquestionável. Era através dela que o discurso impositivo dos que estavam no poder reverberava e se propagava em todos os seguimentos da sociedade paraibana. Neste sentido procurarei analisar o período em que Argemiro de Figueiredo esteve a frente do Estado visando reconhecer até que ponto a escola foi utilizada enquanto ferramenta de controle ideológico e como isso ajudou a incutir na mentalidade dos paraibanos a ideia de que o referido interventor foi o melhor administrador que a Paraíba já teve.

### **A escola enquanto portadora e difusora da propaganda governamental**

---

<sup>2</sup> Argemiro de Figueiredo foi eleito constitucionalmente pela Assembleia Legislativa em 1935. Após o Golpe do Estado Novo manteve-se a frente do Estado ocupando o cargo de Interventor.

<sup>3</sup> O conceito de modernidade utilizado neste artigo é o que se faz presente em Walter Benjamin. A modernidade é vista enquanto uma construção do capitalismo e que leva a perda da experiência, causando o que Benjamin vai chamar de “fantasmagorias”.

Durante o Estado Novo, a importância que a educação brasileira terá na formação de uma nação moldada aos interesses do governo ficará nítida. As grandes produções de livros didáticos, romances e crônicas da época vão servir para despertar na população um sentimento de reconhecimento e patriotismo, criando um senso de identidade, ou seja, o nacionalismo pode se dizer que foi uma criação cultural deste período. O cidadão era formado a partir das diretrizes educacionais balizadas pelo governo central.

Os espaços escolares acabam se tornando ferramentas a comando do Estado. Uma vez implantado o modelo de modernidade burguesa/industrial era necessário adaptar e capacitar a mão de obra brasileira e distingui-la da elite. Em suma, o projeto educacional brasileiro se diferenciava entre: uma educação para dominadores e outra para dominados.

Na formação educacional do cidadão dentro do modelo estado-novista, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) se destaca na difusão e propagação das ideias que fomentavam o nacionalismo e legitimavam o novo modelo de governo. Para tornar a relação didática entre governo e povo, o DIP confeccionou e distribuiu entre os espaços de saber, cartilhas de cunho doutrinário. Sua função principal passou a ser a censura aos meios de comunicação, a difusão do culto a personalidade de Vargas e a divulgação da ideologia do Estado Novo.

*A partir de 1937, o Governo ditatorial de Getúlio Vargas pensa em organizar, órgão específico, que é o DIP, que substitui o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. O DIP se tornará cada vez mais poderoso, pois é ele quem regula a censura, permite a saída de novas revistas e jornais, tornando-se assim o órgão coercitivo máximo contra a liberdade de pensamento e de expressão. Além disto, no decorrer destes anos, o DIP publica livros e revistas de elogio ao Estado Novo. Por sua vez, nos Estados existem ramificações denominadas de Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), que exercem também a censura local e editam publicações (CARONE, 1982, p.48).*

Dando a mesma prioridade que Vargas à propaganda, Argemiro realizou grandes melhoramentos na imprensa oficial do Estado. Se antecipando ao chefe da nação, o interventor cria em dezembro de 1937 o Departamento Estadual de Estatística-Serviço de Divulgação e Propaganda<sup>4</sup>, que servia para manter o controle sobre o que poderia ser ensinado nas escolas e o que deveria ser banido. O Jornal Oficial do Estado, *A União* juntamente com o jornal da Arquidiocese paraibana, *A Imprensa* reforçavam as ideias vinculadas pelo poder

---

<sup>4</sup> O DEP englobava três grandes diretorias: Serviço de Divulgação e Propaganda, Serviço de Radiodifusão e Serviço de Estatística.

central e estadual, “enquanto os programas radiofônicos da emissora oficial – *Rádio Tabajara* – encarregavam-se de completar a ‘função educativa’ do governo, retransmitindo suas bases ideológicas”. (SANTANA, p. 159, 1999).

Aos intelectuais cooptados pelo interventor, cabia o comando da manipulação da educação e da imprensa no Estado. A importância desses homens letrados residia no fato de introduzirem a sua visão de mundo, deixando clara a militância a qual estão vinculados, levando a justificação e legitimação da repressão estatal sobre a população. Ocorreram muitas adesões ao projeto autoritário e moderno-conservador implantado pelo Argemirismo<sup>5</sup>. Acreditava-se realmente que as bases para um governo forte eram os modelos discricionários europeus. Nesse período “Eram raros os intelectuais, como Ascendino Leite e Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Mello, contrários a Alemanha nazista” (MELLO, 2003, p.31).

*“Os intelectuais desempenham seu papel de agentes da hegemonia nos dois grandes níveis superestruturais, o que pode ser designado como ‘sociedade civil’... e o da ‘sociedade política ou Estado’, correspondente respectivamente à função de hegemonia que o grupo dirigente exerce sobre o conjunto do corpo social e à dominação direta, ou comando que se exprime através do Estado e do poder jurídico.” (MACCIOCCHI, p. 154, 1977).*

Uma vez que se inserem essas ideologias, coube ao Estado colocar em prática políticas que fossem fiéis a essa concepção ideal de governança. A primeira delas, adotada e imposta pelo interventor paraibano foi a proibição de qualquer tipo de divulgação ou apologia, ao que se chamava de “credo Bolchevista”. Em outubro de 1937 foi aprovado o Decreto – Lei 162 que tornava obrigatória a propaganda anticomunista nos espaços escolares, além do que os professores (primários, secundários e superiores) receberam da Comissão Superintendente do Estado de Guerra rigorosas recomendações, sobre a postura que deveriam adotar em sala de aula:

*“1- Todos os professores deverão iniciar as aulas com uma sucinta, mas substancial preleção contra o comunismo, tendo por fim criar no seio dos alunos uma mentalidade nacionalista sadia. 2 – deverão ser apreendidos todos os livros de carácter didático, técnico, político, social ou literário, que directa ou indirectamente visem a disseminação dos erros marxistas ou, de qualquer maneira, possam contribuir para amortecer os sentimentos de patriotismo.” (Monsenhor Pedro Anísio. Apud GURJÃO, p. 218.)*

---

<sup>5</sup> Conceito formulado por Martha Falcão para designar a hegemonia da liderança de Argemiro de Figueiredo dentro do Estado, quando substituiu a liderança Americista (José Américo de Almeida) a partir de 1935.

Através das referidas palavras citadas à cima fica evidente a maneira pela qual os mestres do saber foram utilizados pelo aparelho ideológico estatal no sentido de fazer propagar em todos os segmentos da educação e entre todas as faixas-etárias a diretriz nacional amplamente aceita pelo governo paraibano. Nesse sentido os professores das chamadas “disciplinas humanas” desempenharam papel de fundamental importância.

*“Seguem-se mais três prescrições. A terceira manda que o professor transforme suas aulas em ‘foco de civismo’, enaltecendo os valores éticos e espirituais; a quarta refere-se especialmente ao ensino da História e Geografia, cujos ensinamentos devem ser orientados no sentido ‘do verdadeiro amor à pátria, apontando-se aos jovens os efeitos heróicos dos antepassados como exemplos dignos de imitação’; a última determina a celebração mensal, ‘com todo o esplendor’ das festas patrióticas, revelando o culto da Bandeira”.* (GURJÃO, p. 218, 1994).

Nessas políticas claramente doutrinárias, Argemiro conseguia ter controle sobre o que era reproduzido e falado a seu respeito, de tal forma que consegue fabricar<sup>6</sup> para si uma imagem de benfeitor, enquanto escondia da população a rigorosa repressão a que submetia os trabalhadores, e as pessoas mais politizadas que ousavam discordar do seu modelo moderno-conservador. Sob essa ótica, a seguir passarei a analisar, como o controle da propaganda e a utilização da escola para tal, fizeram com que fosse possível essa fabricação da imagem do interventor paraibano.

Tanto o discurso do governo central quanto o do estado era de que os brasileiros aderiam ao comunismo por falta de oportunidade e não porque eram baderneiros e rebeldes, por isso se fazia necessário manter controle sobre aqueles que mais necessitavam da tutela do Estado, os trabalhadores. Uma vez difundido esse pensamento, se coloca em prática as leis trabalhistas<sup>7</sup>, que teoricamente garantiriam que essa população carente, (devido aos benefícios que, agora recebiam do chefe da nação), não teriam mais motivo para aderir ao comunismo. Todas essas leis foram exaustivamente e didaticamente explicadas aos brasileiros, visto que eles “não tinham discernimento” para compreender e mensurar o quanto seriam beneficiados a partir de agora. (GOMES, p.230, 1994).

---

<sup>6</sup> Nesse sentido utilizarei o conceito de fabricação da imagem de acordo com o historiador Peter Burke.

<sup>7</sup> A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) só entrou em vigor durante o Estado Novo, foi baseada na Carta Del Lavoro (documento elaborado em 1927 pelo Partido Nacional Fascista). Esse documento estabelecia as diretrizes comportamentais para os trabalhadores italianos e serviu de exemplo as diretrizes adotadas pelas leis trabalhistas brasileiras.

## A construção de escolas e a edificação do mito de Argemiro de Figueiredo

No Brasil, desde a década de 1930 e principalmente durante o período do Estado Novo, a escola se torna o espaço mais utilizado pelo Estado para doutrinar e disseminar os ideais adotados. Todavia, outras entidades também serão utilizadas largamente para esta função. “Por outras palavras, a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam «saberes práticos» mas em moldes que asseguram *a sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da «prática» desta”. (ALTHUSSER, p. 22, 1970).

Se no panorama nacional as instituições educacionais tinham destaque, na Paraíba não seria diferente. Como já referido neste trabalho, no período de governo de Argemiro de Figueiredo o número de escolas no estado aumentou significativamente. Sua preocupação em manter os espaços de saber sob seu controle justificou os grandes investimentos que fez na educação do estado. Em 1937 foi inaugurado e entregue o prédio do Lyceu Paraibano, que é usado ainda hoje e é o maior centro de ensino secundário estadual da Paraíba. Associado as escolas criadas, Argemiro também criou algumas “instituições auxiliares de ensino<sup>8</sup>” que também vão servir para enquadrar a sociedade no seu modelo de governo.

*Em 1939, foi publicada no Jornal A União, em 25 de janeiro, uma extensa matéria intitulada: “Movimento educacional e cultural na Paraíba no Govêrno Argemiro de Figueirêdo”. Nela estão explicitadas a preocupação do referido Interventor acerca das necessárias renovações educacionais que deveriam ser implementadas a partir da criação das instituições auxiliares do ensino. Vale ressaltar que até então já existiam em funcionamento, em alguns poucos grupos escolares, as caixas, as bibliotecas e as cooperativas escolares, entretanto, elas não tinham ainda assumido um caráter de política de governo. Tal mudança começou a ocorrer partir de 1939, quando as instituições auxiliares do ensino passaram a ser visualizadas como práticas pedagógicas renovadoras que além de ajudarem no processo de ensino-aprendizagem também auxiliariam no sentido da formação do cidadão enquadrado nos ideais estado-novistas. (SILVA, p. 4 e 5, 2013).*

A Rádio Tabajara funcionará como uma dessas instituições. Sua fundação em 1937 permitiu que o discurso tanto do chefe da nação, como do chefe local fosse difundido e

---

<sup>8</sup> Essas instituições eram bibliotecas, cooperativas escolares, escolinhas de teatro e etc. Na Paraíba, a Igreja também vai funcionar como uma instituição auxiliar do governo, uma vez que o Arcebispo D. Moisés Coelho era amigo do interventor e chefiava o jornal da Arquidiocese, *A Imprensa*, onde se publicava matérias favoráveis a Argemiro e inverdades sobre o comunismo.

ouvido em todos os recantos do estado. Meia hora antes da Voz do Brasil, todos os dias, Argemiro, transmitia a sua mensagem aos seus “*Leais Companheiros de Luta*”<sup>9</sup>. A rádio tinha função claramente educativa e doutrinária.

Por outro lado, o interventor era saudado também pelo projeto modernizador implantado, que chegavam através do ciclo do sisal, do abastecimento e saneamento em Campina Grande (SYLVESTRE, 1993), além da construção de novos prédios administrativos, da urbanização do *Parque Sólon de Lucena* e obras de cunho populista que beneficiavam a população mais carente.

*Notando a carência no serviço de transporte público, comprou, na Alemanha, bondes novos e modernos e recuperou os que estavam desgastados. Construiu os edifícios do Tribunal de Justiça e da Secretaria de Finanças etc. (ARAÚJO, 2000, p.62).*

Todas essas obras eram divulgadas amplamente pela imprensa oficial e pelos jornais aliados do governo, como *A Imprensa* (já mencionado anteriormente) e *A Voz da Borborema*, que pertencia ao irmão do interventor, Acácio Figueiredo e serviram para fabricar no imaginário coletivo o mito sobre a personalidade e a administração de Argemiro. “Sua administração marcada pela probidade, pelo trabalho e pelo amor ao Estado natal, sagrou-se na Paraíba como uma das mais ricas e *proveitosas*. Os próprios adversários lhe reconheceram os méritos de grande administrador”. (Homenagem da Revista de Informação Legislativa, p. 7, 1983).

Diante disso pode-se afirmar que a propaganda realizada através da educação e usando a escola como arma, conseguiu cumprir com o papel que se propôs: o de formatar o pensamento coletivo aos anseios do governo central e estadual e docilizar a imagem do interventor paraibano a partir da apologia que se fazia a sua personalidade, criando um mito, tal como o de Getúlio Vargas.

## **Considerações Finais**

---

<sup>9</sup> Se Vargas criou um bordão para tornar didática e dócil a sua relação com os trabalhadores: “Trabalhadores do Brasil”, Argemiro criou o seu também. “Meus leais companheiros de luta” aparece como epigrafe do livro de William Tejo, importante jornalista paraibano que fez uma série de entrevistas com o ex-interventor. Para mais informações ver confissões de um líder (2001).

Quando observamos a preocupação destinada pelo poder central a questão da educação durante o primeiro governo Vargas (principalmente no Estado Novo), percebemos que esta não ficou apenas no panorama nacional, se aplicando aos demais estados, em especial nesse projeto, retratamos a Paraíba.

É perceptível o uso da máquina estatal para controlar a propaganda e utilizar a escola como ferramenta de controle e doutrinação, pelo então governador e posteriormente interventor Argemiro de Figueiredo. Os destaques concedidos aos meios de comunicação refletiam a preocupação em manter assegurado o enquadramento da sociedade paraibana nos moldes do sistema político vigente, ao mesmo tempo em que propagava e construía uma imagem de benfeitor do governante local.

As instituições auxiliares, a exemplo da Igreja Católica na figura do Arcebispo da época D. Moisés Coelho, legitimavam as práticas pouco democráticas do interventor, enquanto distorciam e inventavam histórias inverídicas sobre o comunismo, provocando a desconfiança e o repúdio de grande parte da população em relação a esse sistema.

A escola passou a ser o espaço reprodutor da ideologia dominante. Os professores tiveram seu papel reduzido á transmissores do discurso governamental. O cerceamento dos direitos era encoberto pela modernidade implantada tanto na infraestrutura, como no ensino. Tal processo de modernização trouxe consigo a falsa ideia de progresso, o que acabou fazendo com que fosse possível se criar a imagem que ainda hoje se tem sobre esse político e intelectual paraibano. As grandes obras eram anunciadas com destaque pela imprensa oficial, e Argemiro era saudado como o “homem que trouxe o progresso”. Desta maneira foi possível criar um ambiente favorável a consolidação da hegemonia argemirista, uma vez que, o interventor reuniu junto de si velhos inimigos políticos, cooptando quase todas as oligarquias do estado.

Utilizando-se de seu projeto conservador-moderno e autoritário, o interventor conseguiu incutir na cabeça das massas uma visão benevolente a seu respeito. Provocando o “apagamento” das resistências de membros da classe trabalhadora mais politizada, o que restou desse passado foram apenas fragmentos, que devem ser analisados com bastante cuidado na tentativa de entender por que apenas a imagem de um “grande homem, ótimo

administrador, exímio orador e homem de valor comprometido com o seu povo” ficou registrada na história e na mentalidade dos paraibanos.

### Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Editorial Presença: Lisboa, 1970.

ARAÚJO, Naughton Rocha França. **PARAÍBA**: Nomes do Século – Argemiro de Figueiredo. Série Histórica. Campina Grande: Editora A União, 2000.

BENJAMIN, Walter. Paris, a capital do século XIX, 1982.

\_\_\_\_\_. O Narrador. In: Obras escolhidas: **Magia e Técnicas Arte e Política**. São Paulo: Ed Brasiliense. 1998.

BURKE, Peter. “1. Apresentação a Luís XIV”. In: \_\_\_\_\_. **A fabricação do rei**: a constituição da imagem pública de Luís XIV. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 [1992], pp.13 – 25.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo**: o que trouxe de novo? In: FERREIA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida das Neves. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937 – 1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

DOSSE, François. A história à prova do tempo. São Paulo: EDUNESP, 1999, p.17.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias-paraibanas**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1994.

MACCIOCHI, Maria Antonieta. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Nos Tempos de Felix Araujo** - Estado Novo, Guerra Mundial e Redemocratização - 1937/47. João Pessoa: SEC-PB/IPHAEP, 2003.

SANTANA, Martha M. F. de C. e Morais. **Poder e Intervenção Estatal**: Paraíba (1930-1940). João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 1999.

SILVA, Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo. Implementação e expansão de instituições auxiliares do ensino nos grupos escolares paraibanos durante o Estado Novo (1937-1945).

SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo**. Campina Grande: Editora Senado Federal, 1993.

TEJO, William. **Argemiro**: Confidências de um líder. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2001.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo da constituição**. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.

### **Fontes**

Revista de informação de informação Legislativa. Brasília, Vol. 20, nº 77 jan./mar. 1983.

Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182018>